



Transparência e *Accountability* no governo americano: uma análise do site Recovery.gov¹

Lucas REIS²

Paula Janay ALVES³

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Resumo:

Este artigo irá analisar se o site Recovery.gov atinge seus objetivos declarados de promover informação, transparência e accountability. O governo americano criou este site durante o processo de aprovação do *American Recovery and Reinvestment Act*, plano de estímulo econômico que visa fortalecer a economia dos Estados Unidos. O lançamento do Recovery.gov faz parte de uma série de ações por parte do governo Barack Obama, que utiliza tecnologias digitais para melhorar a comunicação com a sociedade civil. São levantadas algumas questões sobre a relação entre mídias digitais e o fortalecimento da democracia, como forma de melhor avaliar a eficiência do site em questão.

Palavras-chave: *Accountability*; Internet e Democracia; Transparência

1 Introdução

As eleições presidenciais americanas de 2008 aconteceram num momento em que os Estados Unidos enfrentavam uma grave crise econômica. A retirada da economia do país deste estágio de letargia foi um dos principais temas da campanha, e o candidato vencedor sabia que, uma vez no poder, deveria agir rapidamente para melhorar a situação econômica americana.

Foi exatamente assim que Barack Obama agiu. O seu primeiro projeto como presidente foi um plano de estímulo econômico que, segundo seus defensores, seria capaz não só de contornar as dificuldades atuais, mas também de adequar o país ao modelo de desenvolvimento econômico do século XXI.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de graduação do 7º semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da UFBA, participa do grupo de pesquisa Comunicação, Internet e Democracia, email: lucas.reis@ymail.com

³ Estudante de graduação do 5º semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, da UFBA, participa do grupo de pesquisa Comunicação, Internet e Democracia, email: paulajanay@gmail.com



Entretanto, o plano apresentado pelo governo demandava, entre investimentos, empréstimos e renúncias fiscais, uma quantidade de recursos financeiros que poderia levar o péssimo estado das contas do governo para uma situação próxima da insolvência, ou seja, o novo governo herdou um estado deficitário e seu plano de estímulo à economia poderia aumentar ainda mais este déficit.

Este era o principal argumento da oposição contra o plano do governo. Para vencer as barreiras no congresso, o governo americano, entre outras coisas, buscou apoio popular e realizou ações na internet, usando compartilhadores de conteúdo e redes sociais. Após conseguir a primeira aprovação do seu projeto, o governo Obama inaugurou o [Recovery.gov](http://www.recovery.gov)⁴, um site cuja temática é mostrar o andamento da execução do chamado *American Recovery and Reinvestment Act* (ARRA). Em meados de fevereiro de 2009, o site [Recovery.gov](http://www.recovery.gov) é lançado, com os declarados objetivos de a) explicar à população americana sobre em que consiste o ARRA; b) dar transparência aos gastos envolvidos na implementação do projeto; e c) apresentar dados que permitam aos cidadãos avaliar a evolução do projeto e dar a sua opinião sobre seu progresso.

Estes objetivos são buscados pelo site através de um conjunto de ações, das quais destacamos: a) a realização de uma cobertura sobre todos os atos ligados ao projeto; b) divulgação dos dados sobre a sua execução; e c) oferta de alguns serviços públicos através da internet.

Este artigo busca identificar se a estratégia adotada pelo site [Recovery.gov](http://www.recovery.gov) leva-o a atingir os seus objetivos declarados de dar transparência à execução do ARRA, informar a população sobre este projeto e realizar a *accountability* sobre a sua execução. A análise do conteúdo do site se deu entre 01/04/2009 e 15/06/2009.

2 Das razões da Publicidade

No discurso acadêmico, a noção de público tem sido interpretada em oposição ao conceito de “privado” de duas diferentes maneiras. Uma delas tem a premissa de uma distinção conceitual entre estado e sociedade civil, outra faz do assunto de publicidade, abertura e visibilidade uma oposição à privacidade, segredo e invisibilidade (KU, 1998).

Para Habermas (1984), o conceito de publicidade está atrelado à característica discursiva da esfera pública, arena na qual os membros de uma comunidade política se

⁴ www.recovery.gov



unem para discutir assuntos de interesse comum. Habermas não define o público em termos de abertura e publicidade. (KU, 1998). Depois de feita essa distinção, nesse artigo, usaremos publicidade em referência ao que é visível, aberto aos olhos e interesse do público.

Segundo Bentham (2003), a publicidade é a lei mais adequada para assegurar a confiança pública. O autor aponta as razões para tornar públicas as ações, discursos e publicações a respeito de uma assembléia legislativa. As razões apontadas a favor da publicidade são: 1) compelir os membros do campo político a exercerem o seu dever de ofício; 2) garantir a confiança do povo e o seu consentimento para as medidas tomadas em assembléia; 3) possibilitar aos governantes conhecer os desejos dos governados; 4) permitir que no momento da eleição, os eleitores votem conhecendo os seus representantes; 5) prover a assembléia de informações obtidas através do público.

Tornando os assuntos públicos, o governo estaria se protegendo de injustiças, além de proporcionar aos cidadãos melhores maneiras de julgar e escolher os seus representantes. Assegurar essa confiança é necessário porque não há razão mais constante e universal do que a superintendência do público.

Para GUTTMAN & THOMPSON (1996), o princípio de publicidade é um requisito fundamental da democracia deliberativa. As razões que representantes e cidadãos oferecem para justificar ações políticas, e a informação necessária para avaliar essas razões, devem ser públicas. A publicidade estaria na base dos valores democráticos.

Porém, os autores apontam que a publicidade não permite que as decisões estejam nas mãos dos cidadãos, a decisão fica restrita a poucos. No final, os cidadãos poderão ver os resultados, mas não poderão mais interferir no processo de decisão. A publicidade levaria os cidadãos a conhecerem as razões que levam às decisões e julgarem por si mesmos os méritos delas.

Da mesma maneira, podemos aproximar o conceito de transparência ao conceito de publicidade. Para definir transparência é preciso apontar a sua relação com a abertura e a vigilância. O termo transparência é usado freqüentemente para definir o modo como se deve administrar, tanto a coisa pública, como o setor privado. As informações, de interesse comum devem estar visíveis, para que se permita o julgamento e o acompanhamento do público.

No site Recovery.gov, o termo transparência é usado para definir ações em que se mostra “como, onde e quando” o dinheiro do plano está sendo gasto. Desse modo,



consideramos que transparência pode ser usada como sinônimo de publicidade, pois ambos se referem a tornar as decisões e processos políticos visíveis à população.

3 Do conceito de *accountability*

O termo *accountability*, em seu sentido original, está ligado “[a]o processo em que o sujeito é chamado a prestar contas à determinada autoridade por suas ações praticadas” (MULGAN, 2000). Seria, então, o sistema pelo qual o agente político prestaria contas à sociedade por seus atos e decisões, ficando assim passível às penalidades que pudessem advir daí.

Entretanto, o uso deste termo o desviou de seu sentido original, e o levou a adquirir diversos sentidos distintos. Esses contemplam aspectos que vão desde a responsabilização dos agentes políticos por seus atos, a um caráter dialógico da relação entre o campo político e a sociedade civil, além de passar por sistemas de regulação interna entre os órgãos públicos.⁵

JESUS (2006) vai, após analisar as diversas concepções de *accountability*, destacar que entre todas elas há alguns aspectos comuns. São eles: a) a existência de normas e procedimentos que regem as atividades dos agentes; b) a subordinação das ações e decisões de alguns agentes aos interesses e expectativas de outros agentes; c) e a punibilidade de certos atos e decisões adotados por determinados agentes.

Esses elementos constantes no conceito de *accountability* contribuiriam para o sistema democrático, pois tornariam as ações dos governos previsíveis para os cidadãos, permitiria um equilíbrio de forças dentro da própria esfera governamental e entre esta e a esfera civil, e geraria constrangimentos que iriam influenciar o governo a agir conforme o interesse dos cidadãos.

Para o propósito específico deste artigo, interessa o conceito de *accountability* social. Este se refere a

“um mecanismo de controle vertical, não eleitoral, das autoridades políticas baseado nas ações de um amplo espectro de associações e movimentos cidadãos, assim como também em ações midiáticas. As iniciativas destes atores têm por objeto monitorar, expor e denunciar atos ilegais destes e ativar a operação das agências estatais de

⁵ Para uma visão completa dos diversos sentidos adquiridos pelo termo *accountability*, recomenda-se a leitura de ODILON SÉRGIO SANTOS DE JESUS. *Inernet e Accountability: Um estudo de caso da accountability do Conselho de Ética através da Inernet no escândalo do grampo telefônico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia. *Orientador*: Wilson da Silva Gomes.



controle. (SMULOVITZ & PERUZZOTTI apud JESUS (2006), p. 26)”

Como será apresentado mais à frente, o site Recovery.gov tem como público alvo a sociedade civil americana, e pretende oferecer a este público as informações necessárias para avaliar e monitorar o andamento do projeto, oferecendo inclusive ferramentas para que denúncias sejam feitas aos órgãos reguladores. A profundidade das informações apresentadas oferece um material importante para que campos especializados e organizados da sociedade civil, como ONGs que fiscalizam os gastos públicos ou os veículos do campo mediático, possam acompanhar a evolução dos dispêndios estatais envolvidos na execução do projeto.

O conceito de *accountability* social será extremamente importante por não abordar uma relação direta com o processo eleitoral, mas por se preocupar com a pressão que a sociedade civil pode provocar em momentos não eleitorais.

4 O Recovery.gov

4.1 Cobertura

A área de destaque do site Recovery.gov é formada por uma pequena apresentação em formato de *slide* com informações gerais sobre o plano do governo. Percebe-se nestas informações uma preocupação em mostrar como, quando e onde estão sendo alocados os recursos do plano.

Trata-se de uma atitude esperada diante do tamanho do projeto a ser implementado: entre 2009 e 2012 deverão ser injetados na economia americana cerca de US\$ 787 bilhões. É presumível que seja necessário por parte do governo uma constante afirmação e explicação da importância do plano que está em implementação.

Além das animações e gráficos no topo da página principal do site, há um espaço para divulgação de notícias sobre a aplicação dos recursos. São, geralmente, notas curtas que se concentram em informar qual o valor investido, qual o projeto apoiado e a justificativa para este apoio. Este espaço é atualizado continuamente e busca ser o mais específico possível. Por exemplo, quando, num mesmo dia, uma verba é liberada para três projetos similares em estados diferentes, ao invés de ser produzida uma nota que informe sobre o repasse da verba, são produzidas três notas, informando em cada uma quanto cada projeto recebeu e por quê.



Para facilitar o acompanhamento das atualizações do site, é oferecida ao internauta a subscrição no serviço de *feed* do domínio. Os *feeds* são uma tecnologia que avisa ao internauta toda vez que há uma atualização num determinado site. Este aviso pode ser enviado por email ou ser recebido por programas especializados em leitura de *feeds*. Através desta tecnologia, o site permite que o cidadão acompanhe todas as ações ligadas ao ARRA, de forma simples e rápida.

O site Recovery.gov oferece cinco *feeds* diferentes, o que permite ao usuário o acompanhamento das informações que mais lhe interessem. Há um *feed* para o recebimento das notícias de destaque no site; há outro para acompanhamento de todas as notícias divulgados em Recovery.gov. Em um outro *feed*, o usuário pode ser avisado toda vez que um novo relatório financeiro de algum departamento é divulgado. Há ainda um *feed* para ser notificado quando as agências federais atualizarem seus planos de ação; e um último para acompanhar as atualizações nos diversos sub-planos que compõem o projeto do governo Obama.

Por fim, o site oferece uma linha do tempo, na qual a primeira ação destacada é a primeira aprovação no senado do plano de estímulo. As outras datas em destaque se referem às outras aprovações do plano, além das aprovações dos projetos das agências e departamentos federais para que possam utilizar a verba do projeto.

4.2 Serviços Públicos

O site Recovery.gov reúne uma série de serviços oferecidos pelo governo americano e que estão diretamente ligados ao plano de estímulo econômico. É possível buscar vagas de empregos criadas por causa da execução do projeto.

Os links do site Recovery.gov levam o internauta para o site de outro serviço do governo, o USAJOBS⁶. O usuário é levado para uma área do site em que é possível pesquisar pelas vagas geradas por causa do plano de estímulo econômico. Este é um serviço bastante importante se for levado em consideração que o índice de desemprego nos Estados Unidos subiu do patamar dos 4% no início de 2007 para uma taxa próxima a 9% em maio de 2009. Desta forma, manter e criar vagas de trabalho passou a ser uma das prioridades do governo americano.

Outro serviço oferecido através do Recovery.gov é a divulgação das possibilidades de negócios com o governo americano. Todas as agências federais são

⁶ www.usajobs.com



obrigadas a divulgar a busca por serviços ou produtos quando o valor contratado possa ultrapassar US\$ 25 mil. Assim, através de um link no site Recovery.gov, o usuário é direcionado para o site FBO.GOV⁷, onde é possível pesquisar todas as demandas por serviços externos realizadas pelos órgãos federais, além de algumas demandas feitas por órgãos estrangeiros.

Além disso, é possível descobrir como se candidatar a receber as diversas doações que o governo federal faz a instituições sem fins lucrativos. São mais de mil formas de repasse, que totalizam US\$ 400 bilhões anuais distribuídos por 26 agências federais. Todas as informações sobre as doações do governo americano são concentradas no site Grant.Gov⁸, e há um link que leva o usuário do site sobre o ARRA para o site sobre as doações federais.

Por fim, em Recovery.gov o cidadão tem acesso aos dados de contato necessários para fazer denúncias sobre desvios de verbas, desperdícios ou atrasos dos projetos financiados pelo governo federal. No total, são divulgadas as informações de como denunciar o mau uso das verbas de 30 agências e departamentos ligados ao governo federal.

4.3 Transparência e *Accountability*

Dar transparência e realizar prestação de contas são dois dos principais argumentos alegados para a existência do site Recovery.gov. Há uma área do site que serve para explicar os conceitos de transparência e *accountability*, e porque o governo federal os julga importantes.

No site, há uma atualização semanal sobre as verbas empenhadas por cada órgão do governo e sobre os desembolsos realizados por estes.

É possível verificar em quais projetos as agências têm investido seus recursos, para quais elas ainda tem verbas não utilizadas e em quais outros não possuem orçamento. Todos esses dados são oferecidos em planilhas, cujo *download* é permitido para qualquer internauta.

Além disso, há uma página para cada órgão do governo. Esta página sumariza quais são os objetivos destes órgãos com os investimentos solicitados, quanto já foi gasto e o que foi realizado.

⁷ www.fbo.gov

⁸ www.grant.gov



Por fim, são divulgados os nomes e cargos das pessoas que formam o conselho de transparência e *accountability*, formado especialmente para acompanhar a execução dos projetos do ARRA.

4.4 Audiência e repercussão

Segundo a ferramenta Alexa⁹, usada para a mensuração de tráfego de *websites*, a audiência de Recovery.gov foi maior logo após o seu lançamento. Desde então, caiu cerca de 80% em relação ao seu pico. Isto talvez seja explicado pelo fato de ter havido uma maior cobertura midiática sobre o site logo após o seu lançamento, e porque as atenções deixaram um pouco o plano de estímulo do governo, após a sua aprovação no congresso e iniciada a sua execução.

Entretanto, o site tem gerado uma boa repercussão na internet. Há mais de 3.400 sites que apontam link para o Recovery.gov. Entretanto, não foi possível perceber nenhum grande caso em que uma informação divulgada neste site tornou-se pauta nos meios de comunicação, apesar de ser pouco provável que os profissionais de comunicação não usem este domínio como fonte de informações sobre este projeto do governo Obama

5 Os objetivos do Recovery.gov

O governo americano tem despendido um esforço considerável ao lançar e manter o site Recovery.gov. A sua justificativa para tal investimento é a de que este site visa atingir três importantes objetivos: explicar à população americana sobre o ARRA; dar transparência a sua execução; e contribuir ao *accountability*. Vejamos, então, se o site atinge a seus objetivos declarados

5.1 Educação

A página inicial do Recovery.gov traz uma seqüência de infográficos em que são apresentadas as distribuições das verbas envolvidas no plano. Todas essas peças gráficas trazem um link "*Learn more*" (aprenda mais) que, ao ser clicado, leva o internauta a uma página explicativa sobre as ações do ato. Estas páginas trazem explicações sucintas, e em uma delas há um link para um longo relatório apresentado à comissão de segurança habitacional e relações governamentais do senado americano.

⁹ <http://www.alexa.com/siteinfo/recovery.gov>



No menu principal do site, há, no submenu "*About*" (sobre), o link intitulado "*The Act*" (o ato), que leva o internauta a uma página em que são explicados os objetivos do projeto, a estratégia adotada e as expectativas de sucesso. Trata-se de uma página apenas com textos, sem nenhum recurso multimidiático, mas com uma linguagem simples e objetiva.

Na página em que são apresentadas as principais perguntas feitas para a equipe do Recovery, há uma explicação sobre o impacto que o ARRA terá sobre o orçamento do país. É dada a opção ao internauta de ver uma explicação resumida, ou acessar todo o estudo sobre o impacto do plano governamental às finanças do país.

Nesta mesma seção, de perguntas freqüentes, é explicada a forma de funcionamento do ARRA, como as diferentes agências governamentais trabalham entre si e quais são os órgãos responsáveis por dirigir a execução do plano.

Por fim, é possível acessar o texto completo do ARRA, um longo arquivo composto por 407 páginas, e ver o significado de alguns termos técnicos que podem dificultar o entendimento do conteúdo do plano.

Percebemos que há uma preocupação em fornecer textos explicativos sobre o plano, em diversos níveis e formatos, permitindo que internautas com menos tempo tenham um rápido entendimento sobre em que consiste o ARRA, e que usuários com mais tempo e interesse possam aprofundar seus estudos sobre o ARRA à exaustão. Entretanto, há um tímido espaço para que sejam tiradas dúvidas sobre o que está ali exposto. Não há um fórum, que poderia auxiliar as pessoas com menor conhecimento sobre o assunto do plano a esclarecer questões. Mesmo a comunicação com a equipe que administra o Recovery se dá muito timidamente. Há um link "Contact us" (entre em contato conosco) que leva o usuário a uma página em que pode enviar uma mensagem aos administradores do site. Entretanto, a resposta não será feita diretamente à pessoa que realiza a pergunta, mas poderá virar conteúdo informativo no site, cabendo ao usuário navegar posteriormente pelo site e descobrir se a resposta à sua dúvida está em alguma das páginas do Recovery.gov.

5.2 Transparência

Segundo a definição apresentada no site, transparência significa mostrar como, quando e onde o dinheiro do ARRA está sendo gasto. Ou seja, transparência significa dar publicidade a todos os gastos envolvidos na implantação do projeto. O Recovery.gov surge, então, com um instrumento que, baseado nas possibilidades



tecnológicas oferecidas pela internet, dará visibilidade aos atos envolvidos no plano aprovado pelo governo.

GOMES (2005) vai dizer que o desafio de aliar

"a mediação tecnológica [e] os processos de interação entre a esfera política e a esfera civil coloca o desafio de se alcançar um nível excelente de publicidade, que se traduz em: a) disponibilidade do maior volume de informações produzidas pelas instituições políticas; b) acesso de um maior número de pessoas às informações políticas; c) participação de mais pessoas na produção da decisão política."

Atento a esses aspectos levantados pelo autor, podemos identificar no Recovery uma grande preocupação em oferecer informação atualizada e em grande quantidade aos cidadãos. É possível ver tabelas dos gastos por departamento, por localidade e por categoria. Gráficos mostram a evolução dos gastos e textos explicam os seus objetivos. As tabelas apresentam a quantidade de recursos ainda disponível e as notícias do site informam sobre as novas ações envolvidas no projeto.

Todas as agências federais são obrigadas a enviar relatórios semanais sobre a execução de seus projetos. Esses relatórios são arquivados e podem ser acessados através do Recovery.gov, permitindo aos internautas um acompanhamento semanal da evolução do plano.

Para facilitar o acompanhamento dos gastos por localidade, um mapa interativo apresenta o total investido em cada estado. Esse mapa traz links que levam o internauta a páginas específicas sobre a execução do ARRA em cada estado, onde é possível ver quais projetos receberam verba e o valor alocado.

A quem interessar um detalhamento maior dos gastos, é possível acessar os sites especiais que cada governo estadual dos Estados Unidos teve de criar. Esses sites não seguem um padrão, de modo que alguns trazem mais ou menos informações, mas em todos é possível ver mais detalhes sobre os investimentos feitos em cada estado.

Para facilitar o acompanhamento das atualizações do site, o internauta pode se inscrever nos serviços de *feed* do Recovery.gov ou assinar o *newsletter* do site. Vale destacar, entretanto, que no período em que o site foi avaliado, não foi enviado nenhum informativo via email.

No que tange ao alcance, nos Estados Unidos a internet tem uma penetração de 72,5%¹⁰ da população total do país, o que significa que cerca de 220 milhões de americanos têm acesso à rede mundial de computadores. Aliando esse dado ao fato de

¹⁰ <http://latestcenter.com/2009/06/number-of-internet-users-around-world.html>



os Estados Unidos possuírem um largo território, a internet oferece uma forma barata e rápida de fornecer informações atualizadas sobre as decisões do ARRA à população americana.

Mas, a simples existência do site não significa que ele será acessado pela população. Houve um esforço de promoção do Recovery.gov logo após o seu lançamento e enquanto o ARRA estava em processo de aprovação pelo congresso. Porém, este esforço tem diminuído com o tempo, o que se reflete na audiência do site: queda de 80% em três meses.

Além disso, o site é escrito exclusivamente em inglês. Se levarmos em consideração a relevância que a população hispânica tem nos EUA, trata-se de uma falha, já que parte da população nacional se sente mais à vontade usando outro idioma. Entretanto, alguns dos sites estaduais oferecem conteúdo em espanhol, exatamente para facilitar o entendimento das pessoas que preferem o uso desta língua. Por outro lado, há uma preocupação no Recovery.gov com a acessibilidade das informações. Algumas medidas foram tomadas para assegurar que pessoas com deficiência visual ou auditiva consigam acessar o conteúdo do site.

Por fim, nos parece que o Recovery.gov não consegue aumentar a participação das pessoas no processo de decisão política. O site não oferece ferramentas para que a população possa dar suas opiniões, emitir conselhos e entrar em contato com os gestores do ARRA. Apesar de estes terem seus nomes e, em alguns casos, seus contatos divulgados, não há uma interface que permita a interação entre os cidadãos e os políticos.

5.3 Accountability

Uma das metas do Recovery.gov é promover *accountability*. Segundo JESUS (2006), para se fazer uma avaliação sobre *accountability* é preciso considerar o modo como os agentes prestam contas, o quanto os dispositivos tecnológicos ajudam nessa prestação de contas e o tipo de controle induzido pela prestação de contas. Analisar a maneira como o site oferece e disponibiliza conteúdos e como utiliza as potencialidades da internet, nos permitirá avaliar se o Recovery cumpre as suas metas de prover *accountability*.

O modo como o estado ou agente político presta contas pode variar quando aspectos como a temporalidade, a direcionalidade e a intensidade são postos em questão



Todos esses aspectos têm suas variáveis e apontaremos a seguir como isso é apresentado no Recovery.gov.

O conteúdo apresentado pelo Recovery é publicado depois que as decisões foram tomadas pelo campo político. Desse modo, os cidadãos têm pouco espaço de influência no processo decisório. Esse tipo de temporalidade da *accountability* só possibilita o controle *ex-post* em que tardiamente as decisões do campo político podem ser revisadas.

Em relação a sua regularidade, podemos afirmar que o Recovery.gov se configura como *accountability* circunstancial. O plano econômico foi planejado para adotar medidas que fortaleceriam a economia americana em um momento de crise. Por razão da quantidade de recursos aplicados e da proporção em que as medidas do ARRA poderiam influenciar na economia, o governo passou a exigir que das agências que recebessem os recursos do plano, a prestação de contas periódica dos usos dos recursos. Essas informações se tornam públicas através do Recovery.gov.

A internet tem características próprias e potencialidades que podem ser exploradas para a prestação de contas. Podemos julgar, a partir do meio em que a prestação de contas é feita, se ela é unidirecional, ou bidirecional. Por ter o pólo de emissão concentrado em um único emissor, e por não possibilitar interação e *feedbacks* contínuos através do site, podemos afirmar que o Recovery.gov apresenta uma *accountability* unidirecional.

O site segue o princípio da publicidade, e apenas expõe aos cidadãos as medidas tomadas no ARRA. Diferente do que seria em uma *accountability* bidirecional, não há espaço para discussão pública entre cidadãos e campo político. A aplicação dos recursos do plano econômico é decidida previamente para depois ser divulgada no site. Mesmo assim, o Recovery ainda utiliza recursos que são potencializados pela internet como a possibilidade de um grande armazenamento de dados, o que significa mais informação disponível aos cidadãos, além da ampla audiência que a internet possibilita.

As características da *accountability* apontadas acima possibilitam vigilância por parte do cidadão. O objetivo do site, de atualizar e mostrar “como, onde e quando” possibilita o acompanhamento do dinheiro investido, e a verificação de que os recursos foram utilizados da maneira como foi pretendido.

6 Conclusão



O site Recovery.gov se destaca por ser uma iniciativa governamental que, através da tecnologia digital, busca informar, dar visibilidade e prestar contas sobre os gastos públicos. Não se trata de uma ação inédita, mas tem como peculiaridade o fato de estar ligado aos investimentos de um grande plano governamental que objetiva reestruturar a economia americana no momento de uma das mais graves crises da história.

A quantidade de informação e os diversos formatos em que esta é exibida contribuem para que o cidadão americano compreenda o objetivo do ARRA. Educar a população sobre o plano é um dos objetivos do site.

A sua tentativa de gerar transparência não é plenamente bem-sucedida devido ao fato de não conseguir facilitar de forma direta a participação da população no processo de decisão política. Entretanto, o Recovery.gov oferece uma quantidade muito relevante de informações sobre os gastos públicos ligados ao ARRA, além de torná-los acessível para toda a população americana com acesso à internet.

Podemos afirmar, também, que o site Recovery cumpre sua meta no que diz respeito a *accountability* pois dá publicidade às ações do governo, utiliza as potencialidades do meio e ainda permite controle por parte dos cidadãos, possibilitando a vigilância aos recursos e processos referentes ao ARRA.

Por outro lado, ao utilizar uma ferramenta como um *website*, o governo americano subutiliza as potencialidades que o atual estágio da internet oferece. A chamada web 2.0 oferece ferramentas para que o governo faça uma gestão colaborativa dos recursos do plano, além de permitir novos formatos para que o governo e os cidadãos pudessem debater sobre a execução do projeto.

Entretanto, é fato que o site consegue atingir seus objetivos declarados, ainda que o uso das novas funcionalidades da internet pudesse potencializar a sua ação. Com o Recovery.gov, o governo americano esclarece à população sobre o ARRA, torna visível a sua dinâmica de desembolsos e presta contas sobre estes gastos, fornecendo, assim, os insumos necessários para que os cidadãos americanos possam avaliar, fiscalizar e influenciar, mesmo que através de meios outros que não a internet, as ações do plano de estímulo econômico.

Referências

GOMES, W. *Da publicidade*. In: JORNADA DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA, 2005, Belo Horizonte. Anais.... Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. p.3-7.



_____. Internet e participação política. In: GOMES, W.; MAIA, R.C.M.. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

GUTTMAN, A.; THOMPSON, D. The value of publicity. In: _____. *Democracy and disagreement*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1996.

_____. The scope of accountability. In: _____. *Democracy and disagreement*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1996.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KRUEGER, B. S. *A comparison of conventional and internet political mobilization*. American Politics Research, v. 34, n. 6, p. 759-776, 2006.

KU, A. S. *Boundary Politics in the Public Sphere: openness, secrecy, and leak*. Sociological Theory, Washington, DC, v. 16, n. 2, p. 172-192, jul. 1998.

MAIA, R. C. M. Democracia e Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições do discurso e da deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R.C.M.. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

MULGAN, R. 'Accountability': an ever expanding concept? Disponível em: <http://dspace-prod1.anu.edu.au/bitstream/1885/41945/1/dp_72.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2009.

HEALD, D.; HOOD, C. *Transparency: the key to better governance*. Oxford: Oxford University Press, 2006

ODILON SÉRGIO SANTOS DE JESUS. *Internet e accountability: um estudo de caso da accountability do Conselho de Ética através da internet no escândalo do grampo telefônico*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

RENÓ, D. P.; ESPERIDIÃO M. C. *Tecnologia, internet e eleições americanas: Obama no front do ciberespaço*. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/n63/varia/DPorto.html>>. Acesso em: 15 de abril 2009.

STREET, J. *Controle Remoto? Política, Tecnologia e "Democracia Eletrônica"*. European Journal of Communication, v. 12, n. 1, p. 27-42, 1997.



WARNOCK, M. (Org.). *Utilitarianism and on liberty*: including “Essay on Bentham” and selections from the writings of Jeremy Bentham and John Austin. Malden, MA: Blackwell, 2003.